

Trabalho recebido em:

26/02/2004

Aprovado para publicação em:

22/10/2004

Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa

Doutor em História. Professor de História da UFCG.

E-mail: fgbrsousa@hotmail.com

CARTOGRAFIAS DE AGRICULTORES E CURANDEIROS NA CIDADE: CAMPINA GRANDE — 1930-1945

RESUMO

Neste artigo, discutimos aspectos da vida de agricultores nos anos 1920-1945, adotando como *locus* das investigações a cidade de Campina Grande, na Paraíba. Analisamos o modo como estes utilizavam os espaços e territórios urbanos, buscando compreender aspectos de suas trajetórias e do seu cotidiano, em suas andanças pelas ruas, feiras, prostíbulos e subúrbios da cidade, com seus conflitos e múltiplas práticas sociais.

PEASANT AND HEALERS CARTOGRAPHICS IN THE CITY: CAMPINA GRANDE — 1930-1945

Palavras-chave: agricultores; vida na cidade; relações de poder.

ABSTRACT

This article discuss aspects of peasants life during the period from 1920 until 1945, adopting as locus of investigations the city of Campina Grande, Paraíba. We analyze the way they used urban spaces and territories; we seek to understand aspects of their trajectories and everyday forms of life: their walking through streets, fairs, cabarets and suburbs of the city, and their conflicts and multiple social practices.

Key words: peasants; urban life; power relations.

1. INTRODUÇÃO¹

Este artigo tenta compreender as disputas e relações de poder em que se envolveram agricultores e curandeiros na cidade de Campina Grande, Paraíba, entre 1930 e 1945. Nele sigio dois recortes: no primeiro, o palco das investigações é a cidade, o que me leva a buscar os significados e implicações que suas atividades tinham e o modo como utilizavam os seus espaços e territórios; no segundo, busco compreender aspectos da trajetória e da vida dos agricultores e curandeiros privilegiando escalas menores, como suas andanças pelas ruas e subúrbios da cidade e as tensões e conflitos em que tomaram parte.

Este último caminho precisa de maior esclarecimento. Manuseando processos criminais² e os fragmentos de histórias que eles contêm, deparei-me com um amplo e cambiante mundo de atividades e profissões: agricultores, curandeiros, operários, artistas, donas de casa, choferes e motoristas, comerciantes, prostitutas, funcionários públicos, policiais, vendedores de pães e trabalhadores em panificação, carregadores e jornaleiros. Junto com outros trabalhadores, ou mesmo com pessoas refratárias ao trabalho (largamente adjetivados de vadios, vagabundos, arruaceiros e desordeiros), seus nomes e as atividades que realizavam abundam nos processos³.

Selecionei para este texto os processos que envolvem curandeiros e agricultores, ou em que eles aparecem envolvidos em conflitos na cena urbana. Na escolha, alguns critérios se impuseram: primeiro foram escolhidos grupos sobre os quais havia informações para analisar e reconstituir com certa densidade algumas práticas e relações cotidianas; segundo, grupos cujas atividades contribuíssem para ampliar e alargar a compreensão do uso dos espaços e territórios, as tensões e relações de poder aí presentes e as cartografias que compunham Campina Grande no período de 1930 a 1945; por fim, buscou-se grupos que per-

mitissem conhecer alguns espaços que compunham a cidade, como a sua área central, os subúrbios e a zona rural, mas também que possibilitasse o encontro de tempos diferentes, os costumes seculares, os “antigos vezos” e as novidades do mundo moderno.

Personagens quase sempre vistos com reservas por cronistas e muitos moradores de Campina Grande, os agricultores, entre os anos 1920 e 1945, costumavam tomar as suas ruas centrais nos dias de feira, dando à mesma um movimento invulgar e fazendo da feira da cidade uma das maiores do setentrião brasileiro. Eles vinham dos subúrbios, onde tinham roçados e plantações; dos sítios e fazendas localizadas nas imediações da cidade; dos diversos distritos pertencentes a Campina Grande, e, por fim, de outros municípios paraibanos e de estados vizinhos. Chegavam a pé, no trem, nas sopas (ônibus), nos caminhões e no lombo de animais.

Alguns episódios que protagonizaram no período apontam para um mundo com práticas e valores que ia muito além dos conhecidos preconceitos que a crônica urbana criou em torno dos homens e mulheres que vivem da agricultura, ou que tem nela um dos seus meios de sobrevivência⁴. Alguns desses episódios podem ser recuperados nos processos criminais analisados que revelam facetas destas práticas, valores e embates com poderosos grupos urbanos, com instituições e com os representantes do poder público.

2. CAMINHOS DA CURA E DO PODER

Na manhã do dia 03 de dezembro de 1932, Joaquim Pontual de Moura estava medicando clientes em sua casa, no subúrbio próximo à estação da Great Western, sul da cidade, quando lá chegou o dr. João Arlindo Correia, médico e Diretor do Hospital Pedro I e do Serviço de

¹ Com algumas modificações, este artigo é parte do capítulo 2 de minha tese de doutorado, intitulada *Imagens e cartografias da cidade: Campina Grande — 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

² A pesquisa foi realizada com processos criminais dos anos 1930-1945 no arquivo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Campina Grande. Pesquisei em 289 processos, na sua maioria envolvendo crimes de agressão física, homicídio, tentativa de homicídio, roubos, contravenção e crime de imprensa.

³ É importante chamar atenção para o “jogo” das informações prestadas por réus, vítimas e testemunhas quando diante do delegado ou juiz, pois muitas vezes flagramos pessoas e grupos como as prostitutas, que se diziam “domésticas”, lavadeiras etc., buscando fugir aos estigmas e preconceitos e estrategicamente se acomodar aos preceitos da instituição. Esta atitude, no entanto, longe de impedir a análise deve a ela ser incorporada, já que assim agindo mostravam conhecer os códigos da justiça e os caminhos para burlá-los.

⁴ Um estudo clássico sobre os modos de vida rural e urbano na literatura é *O Campo e a Cidade* de WILLIAMS, Raymond, 1989.

Higiene municipal, acompanhado do delegado de polícia que o prendeu em flagrante, acusado de prática ilegal da medicina⁵. O desenrolar deste longínquo episódio é um claro exemplo das tensões existentes entre populares e autoridades constituídas, especialmente delegados, médicos, promotores e juízes, mas também fala da organização política e espacial da cidade. Joaquim Pontual era um agricultor que utilizava o conhecimento secular de plantas medicinais da nossa flora e de certos rituais e crenças para atender e minorar as agruras de uma população entregue à sua própria sorte. Das práticas de cura e assistência retirava parte da sua sobrevivência e, assim agindo, parecia confrontar uma certa cartografia do poder local.

Quando o dr. João Arlindo Correia, premeditadamente, chegou com o delegado João de Sousa Silva ao número 208 da rua Almeida Barreto, encontrou a casa de Joaquim movimentada. Na sala da frente havia pelo menos três outros agricultores e uma mulher com uma menina. Outras pessoas estavam em conversas reservadas com Joaquim. Os três agricultores, dois deles moradores no município de Cabaceiras e um no Serrotão, zona rural de Campina Grande⁶, foram intimados a depor sobre o caso. Contrariando a lógica ou o estigma comum entre os homens da justiça⁷ e as pressões do delegado que fizera o flagrante⁸, articularam um movimento no sentido de proteger quem lhes minorava as agruras físicas e espirituais. Pela lógica dos agricultores em seus testemunhos, uma das “muitas coisas fantasiosas” que não entendiam era a justiça.

Sebastião Amaro do Nascimento, um dos agricultores

flagrados na casa de Joaquim Pontual, explicita sua incompreensão das regras que os homens da justiça e medicina queriam impor-lhe, ao afirmar, naturalmente, que “fora pedir esse remédio ali, porque estava sofrendo uma dor, e remédio se pede a qualquer pessoa...”.

O esculápio João Arlindo Correia deve ter se irritado ao ouvir essa herética frase. Incautos, ignorantes, mentes inferiores e muitos outros adjetivos soltou para os seus botões. A corriqueira percepção de um popular de que “remédio se pede a qualquer pessoa” era um dos principais obstáculos à cruzada anti-charlatanismo e curandeirismo que por aquele tempo empreendia. Teria, no entanto, que reconhecer que os agricultores e populares não estavam sozinhos naquele mundo de ignorância e superstições. Tinham companhias portentosas. O concubinato dos desembargadores com o espiritismo era uma demonstração de que pessoas gradas ainda tinham um pé naquele mundo, como escreveu o advogado José de Oliveira Pinto⁹. Arlindo Correia estava lutando contra forças mais poderosas e adversas do que o seu estreito universo deixava-o antever¹⁰. Era uma vítima de suas próprias crendices.

O agricultor e réu, Joaquim Pontual, 55 anos, foi o último a depor naquele auto de prisão em flagrante por contravenção. Em sua fala, percebe-se que a perseguição do dr. João Arlindo Correia vinha há muito.

... há dias passados fora intimado pela polícia, por ter esta recebido um ofício do Diretor do Serviço de Higiene desta cidade, em que denunciava ele interrogado como charlatão da medicina; que sendo intima-

⁵ Cf. Apelação Criminal n° 40, 1933, Joaquim Pontual de Moura, maço de 11/01 a 06/11/1933.

⁶ O município de Cabaceiras faz divisa, ao sul, com o município de Campina Grande, distando uma sede da outra cerca de 70 quilômetros; o Serrotão fica a cerca de 6 quilômetros da área central da cidade.

⁷ Como o que o juiz de direito Antônio Gabínio alimentava contra agricultores em 1945, pois segundo o juiz, “Manoel Bastos da Silva que é um simples roceiro, portador de um nível mental inferiorizado pela falta de instrução e rusticidade da vida do campo a que se entrega, tornou-se presa fácil dos ardis e embustes do acusado. Não só acreditou no feitiço que lhe fora botado pelos seus próprios filhos, como ainda creu nos exorcismos do acusado e no seu poder sobre-humano de livrá-lo dos danosos efeitos do sortilégio que viu ser arrancado da porta de sua casa.” Ver Ação Penal n° 253, 1944, Manoel Francisco de Sousa, maço de 01/01 a 16/11/1944.

⁸ Nos processos pesquisados os flagrantes da polícia são quase sempre suspeitos aos olhos de promotores, advogados e juizes. Nesse caso mais ainda, pois ele foi premeditado pelo dr. João Arlindo Correia, que por essa época articulava uma cruzada contra a medicina popular e as práticas de curandeirismo.

⁹ Segundo o advogado José Pinto (29/11/1945), “Enchem os jornais todos os dias uma disputa em torno do espiritismo, que é acatado até pelos desembargadores do tribunal deste Estado. Depois desta vida, muitas coisas tidas como fantasiosas, como incomprovadas, podem acontecer; ora, se pessoas gradas assim pensam, é de justiça que se impeça, que se estigmatize de crime um ignorante que também o faz?”, ver Ação Penal n° 253.

¹⁰ José Lins do Rego, um dos maiores expoentes das letras paraibanas da época, fez um libelo em defesa da medicina popular em “Medicina Popular”, *A União*, n° 172, 03/08/1935, p. 03.

do, explicou não fazer profissão de tal ramo, e aplicava apenas, simplesmente, homeopatia a algumas pessoas, e isso sem obter lucro de espécie alguma; que a homeopatia ele vem aplicando a sua família, desde a idade de 15 anos, como sempre tem visto aplicá-la desde antiga data; que sobre o uso da homeopatia este nunca sofreu perseguição por médicos e nem por pessoa alguma; que ele aplica homeopatia nesta cidade há 11 anos; que nunca aplicou uma injeção, nem dosagens ou fórmulas, e nem operações a pessoa alguma, nesta cidade e nem em parte alguma; que também nunca aplicou as tais garrafadas de que em geral, o povo faz uso...¹¹. (grifos meus)

Esse depoimento mostra como estavam enraizadas entre o “povo” algumas das práticas do curandeiro Joaquim e outras mais. Ao mesmo tempo, vê-se que o que estava em jogo era coisa grande. O esculápio Correia agia guiado pelas práticas do higienismo moderno e sua empreitada na institucionalização da medicina, mas apoiava-se também na ânsia de ampliar seu patrimônio, tanto pecuniário quanto simbólico e político. Tudo isso sem os obstáculos que os curandeiros representavam para a consecução desses projetos. Joaquim Pontual também devia viver tempos de angústia e sua compreensão das empreitadas de Correia era limitada. Há quarenta anos que praticava “homeopatia” e o fazia porque era algo comum no seu mundo e vinha de “antiga data”. Claro, ganhava alguns cobres e também recebia “presentes” pelos seus serviços¹². O que chamava de homeopatia era uma arte e a sua própria vida. Era um artista ou artífice da cura; assim vivia há muitos anos e sua prática tinha um álibi secular¹³.

Aquele flagrante, no entanto, fala de algo mais do que das incompreensões entre o agricultor Joaquim Pontual e sua clientela, por um lado, e João Arlindo Correia e o aparato policial e jurídico, por outro. No seu centro, respirava-se a disputa por poder e pelo controle da vida das pessoas, o que era algo significativo, naquele tempo como hoje. Por isso, Joaquim Pontual não foi a única vítima do

dr. João Arlindo Correia. Em processo crime iniciado pouco antes daquele que envolvera Joaquim Pontual e alguns agricultores, encontramos novamente o dr. João Arlindo Correia na sua cruzada anti-curandeirismo. A denúncia do promotor público Antônio Pereira Diniz, coloca a questão em termos ríspidos.

O denunciado que é um indivíduo de uma conduta irregularíssima, e tem o mau hábito de a todos apelidar com epítetos injuriosos, sem embargo das constantes reclamações feitas pelo zeloso chefe do Posto de Higiene desta cidade, a quem tem procurado ostensivamente ridicularizar, vive exercendo ilegalmente neste município a arte de curar, onde segundo declarou tem um grande número de clientes, nos quais aplica toda sorte de remédios que julga conveniente ao combate das respectivas moléstias, fazendo partos e intervenções cirúrgicas...¹⁴

O irritado promotor público referia-se a José Cassimiro Barbosa, cuja fama correu mundo sob a alcunha de “Língua de Aço”. Esse episódio, que esteve diretamente associado ao de Joaquim Pontual, aparentemente afastou-nos do universo estrito dos agricultores¹⁵. No entanto, ele é emblemático no sentido de se compreender o universo dos agricultores e, mais amplamente, as práticas e costumes populares na cidade, suas tensões internas e com o mundo das elites locais. Talvez não fosse apenas em Campina Grande, mas essas tensões e conflitos interferiam na articulação da rede local de poderes, o que dava a um episódio aparentemente comum uma dimensão política singular e significativa.

José Cassimiro era acusado de ilícitos diversos e encontrava-se numa situação difícil, ainda mais porque o esculápio havia arquitetado um ardiloso plano para tirá-lo de circulação, junto com outros curandeiros e praticantes ilegais da medicina¹⁶. João Arlindo Correia trouxe para as suas hostes duas testemunhas de acusação, o delegado de polícia, o moralista promotor Antônio Pereira Diniz, di-

¹¹ Cf. Apelação Criminal nº 40.

¹² Uma das principais formas de pagamento e reconhecimento de gratidão por parte de populares a curandeiros e médicos era a doação de galinhas, porcos, milho, feijão, etc.

¹³ Sobre curandeiros e suas práticas, ver DINIZ, Ariosvaldo da Silva, 1997, CHALHOUB, Sidney, 1996 e SAMPAIO, Gabriela Reis, 2000.

¹⁴ Cf. Ação Criminal nº 11, 1932, José Cassimiro Barbosa, maço de 16/04 a 30/09/1932. Ver também “Nota do dia”, de Hortênsio Ribeiro em *A Imprensa*, nº 07/03/1934, p. 01 e CASTRO, Oscar Oliveira, 1945:284.

¹⁵ Estou me referindo tanto aos agricultores que viviam na zona rural do município de Campina Grande e regiões circunvizinhas, como aos que moravam nos subúrbios da cidade e aí tinham seus roçados.

¹⁶ Foram abertos três processos com as denúncias de João Arlindo Correia sobre as práticas ilegais de medicina na cidade entre 1931 e 1932. Além dos casos de Joaquim Pontual e José Cassimiro, há o caso de um estudante de odontologia que estava exercendo a profissão sem ainda ter o diploma, ao qual não tive acesso, embora seja citado no processo de José Cassimiro.

versos médicos locais e parte da elite endinheirada da cidade, mas este movimento não intimidou o curandeiro. No dia 05 de abril, José Cassimiro Barbosa, 34 anos, teve a possibilidade de falar, o que fez com rara loquacidade, muita ironia, provocações e desdém pelo esculápio Correia. Afirmou que

... aplica injeções de toda e qualquer natureza, conforme o caso exija, faz partos e também tem se metido em algumas intervenções cirúrgicas, isto baseado nos estudos feitos pessoalmente no que se diz respeito a fisiologia, anatomia e patologia, sendo que tudo isso pratica para satisfazer aos desprotegidos da sorte, que comparecendo ao Posto de Profilaxia Rural desta cidade, do qual é chefe o ilustre esculápio Doutor João Arlindo Correia e, não sendo atendido, procuram minorar a sua situação sanitária, recorrendo-se a ele, aos quais atende satisfatoriamente de acordo com as suas possibilidades financeiras; e tudo isto faz gratuitamente, como poderá provar, caso preciso seja, com a assinatura de 170 doentes residentes nesta cidade e no município da mesma cidade e prova de tudo isto, obedecendo ao chamado do ilustre dr. Emílio Pires Ferreira, delegado da capital, confirmando tudo, livre e espontaneamente, sem nenhuma coação por parte da autoridade policial, o que a respeito dele se diz concernente ao exercício ilegal da medicina neste município; que não tem nenhum diploma científico que o autorize a aplicar tais medicamentos; que aplica injeções de 900 e 14 (sic) aconselhado mesmo pelo depoente, sem prescrição de qualquer médico; que antes, porém, de aplicar tais injeções, faz exame de urina conforme o método que aprendeu no hospital de Santo Amaro em Recife; que tem nesta cidade, presentemente, 48 doentes indigentes...¹⁷

Agora o leitor deve ter compreendido por que Cassimiro era alcunhado de “Língua de Aço”. Das centenas de depoimentos que temos em mãos, é raro ver um tão direto e sem as mediações comuns entre peças do gênero. Esclareçamos. É comum, em processos crimes, encontramos delegados, policiais, advogados e, principalmente, populares e membros da elite agindo com astúcia e sub-

terfúgios em seus depoimentos¹⁸. Cassimiro Barbosa não usou dos muitos ardis à disposição. Enfrentou com nariz empinado o delegado e o juiz e, principalmente, as perseguições do esculápio João Arlindo Correia. Estava certo o promotor Diniz ao afirmar que Língua de Aço procurava ostensivamente ridicularizar “o ilustre Doutor João Arlindo Correia”, como fez questão de ironizar em seu depoimento.

Ao acompanhar o desenrolar do processo, fica-se admirado com a ousadia de Cassimiro. Ele não tinha dinheiro, não era um dos ricos da cidade, embora alguém tenha dito que outrora tivera posses. Sequer constituiu advogado, por absoluta falta de condições, embora tenha sido assistido por Argemiro de Figueredo, um dos melhores causídicos da cidade. Parecia, no entanto, sustentar-se nessa e em outras forças. Talvez acreditasse na “assinatura de 170 doentes residentes nesta cidade e no município”, ou menos do que isso, nos “48 doentes indigentes” que tinha naquele momento, ou nas “31 testemunhas” que dizia ter para provar a inépcia do Posto de Profilaxia Rural, onde se cobrava dinheiro dos que procuravam.

Os casos de Joaquim Pontual e José Cassimiro mostram como vez por outra os populares e seus aliados tentavam sub-repticialmente redefinir as redes de poder que enleavam a vida dos moradores de Campina Grande¹⁹. Fazendo-o, interferiam na própria organização que as elites tentavam dar aos espaços e lugares por onde circulavam. Os curandeiros levavam dezenas de moradores para outros caminhos, lugares e pessoas que não o posto de profilaxia municipal e o seu diretor²⁰. Mais do que isto, buscavam os pacientes em suas próprias residências, mostravam-se interessados em seus problemas e, quando cobravam pelos serviços, faziam-no através de mecanismos comuns no meio popular, como o pagamento e os presentes que costumavam receber das pessoas que ajudavam. Ao mesmo tempo, como muitos curandeiros utilizavam-se de práti-

¹⁷ Idem, Ação Criminal nº 11.

¹⁸ Isto levou Mariza Correia a considerar o processo uma “invenção, uma obra de ficção social”, segundo FAUSTO, Boris, 1984:21-22.

¹⁹ Não são lá muito comuns os processos criminais em que se percebem as tensões mais gerais e que praticamente dividiam a cidade em grupos antagônicos, mesmo que cada um dos lados fizesse complexas articulações com outros. Aos casos de Cassimiro e Joaquim Pontual, pode-se somar o do pãozeiro Cícero Rodrigues e o de Geraldo Castro Cavalcanti. Mas é exatamente por isso que esse episódio merece atenção. Ele termina transformando práticas aparentemente banais e comuns na vida de alguns moradores da cidade ou dos seus arredores em manifestações eminentemente políticas, explicitando tensões que permeavam a vida dos seus habitantes.

²⁰ Cf. Apelação Criminal nº 67, 1935, Arlindo Correia da Silva, maço 28/02 a 16/12/1935 e Ação Criminal nº 84, 1935, Arlindo Correia da Silva, maço de 15/03 a 27/09/1935, em que denunciou no ano de 1935 as iniqüidades praticadas pelo prefeito Antônio Pereira Diniz e o próprio médico João Arlindo Correia, acusado pelo jornal *A Batalha* de humilhar os pobres que demandavam seus serviços no hospital Pedro I.

cas seculares e difundidas no seio de grupos sociais diversos, especialmente entre pobres do campo e da cidade, é de supor que as conversas com os pacientes e clientes fossem menos monológicas do que as que usavam os médicos de formação acadêmica²¹.

As práticas dos curandeiros amedrontavam as elites locais, acostumadas com as antigas e sempre úteis relações de favor e dependência que lhes rendiam dividendos, especialmente em época de eleições. Os curandeiros interferiam, portanto, na configuração do espaço e nas relações de poder na cidade, dando-lhe novas cores e mostrando claramente como o projeto de reordenação daqueles espaços, em nome do higienismo e da civilização, era compreendido diversamente e teria que submeter, disputar espaços com parte dos que não aceitavam sua lógica ou o compreendia diferentemente.

Lançando mão da mesma lógica que mandava casebres e prostíbulo, loucos e mendigos, cemitérios, cadeia e matadouro para os subúrbios ou lugares fechados, onde não incomodassem as vistas e narinas das elites; que definia o que era uma cidade com ruas, casas, praças, parques e transportes modernos; que tentava impor as formas e maneiras de estar e usar estes lugares, o médico João Arlindo, com os auspícios da justiça tentou por na cadeia e tirar de circulação personagens que tinham ensinamentos e relações diferentes com moradores da cidade e de seus arredores.

A empreitada do esculápio, apoiada num aparato jurídico e legal contra costumes considerados incivilizados, que era implementada no país desde a segunda metade do século XIX, e que fora radicalizada com o advento da República²², recebeu no início da década de 1930 uma resposta clara da população que tinha aquelas práticas como parte constitutiva do seu mundo material e espiritual. Mas este mundo era movido a muitas outras coisas e práticas.

É difícil analisar, à luz da documentação, se o médico

foi bem sucedido na sua empreitada. Provavelmente, ele ganhou em algumas coisas e perdeu em outras tantas. Joaquim Pontual e José Cassimiro, após serem levados às barras do tribunal e ouvirem suas atividades ganharem nomes arrevesados, como “curandeiro” e “charlatão” (Joaquim Pontual disse “não fazer profissão de tal ramo”), devem ter se retraído por algum tempo, ou foram embora da cidade. Nos dois casos, os homens da saúde e da justiça parecem ter derrotado seus rituais de cura e a organização de centenas de clientes ao seu redor, mas talvez não tenham conseguido suprimir todos os seus ensinamentos²³.

3. CAMINHOS DE ÁGUA E DE PODER

Um outro episódio ocorrido em 1945, deixa pistas sobre como certas atitudes embebidas de experiência secular não foram totalmente erradicadas, apesar de todas as mudanças por que a cidade passara e da contínua ação dos reformadores, tal como a empreitada higienista do médico João Arlindo Correia.

Este episódio mostra como a geografia das disputas de poder desloca-se para outras áreas, envolvendo outros problemas que afligiam a vida de muitos moradores da cidade — em especial, os agricultores. Na tarde do dia 17 de fevereiro, a jovem Vanilde Guedes saiu em busca de um pote d’água numa cacimba para as necessidades da casa dos seus pais. Quando estava pegando água, próximo ao açude de Bodocongó, subúrbio da cidade, apareceu um morador e capataz da propriedade, que a ela se dirigiu chamando-a de “puta sem-vergonha” e mandando que colocasse a água de volta na cacimba. Assustada, Vanilde gritou pelo pai e por um irmão, que vieram em seu socorro, tendo o capataz discutido e se atracado com o pai de Vanilde, disparando um tiro de pistola que o prostrou ao chão, vindo o agricultor José Joaquim Ferreira a falecer no dia seguinte²⁴.

²¹ Hortênsio Ribeiro na “Nota do Dia” de *A Imprensa*, nº 618, 07/03/1934, escreve um verdadeiro libelo em defesa de “Língua de Aço” e denuncia os médicos de Campina Grande, a quem chama de “mortícolas” que utilizam termos “arrevesados” em suas consultas e têm o poder de matar livre e impunemente apenas por possuírem um título. Denuncia também a justiça da cidade, que denomina de “charlatanismo togado”, por ter condenado “Língua de Aço”.

²² A bibliografia citada neste texto deixa claro este aspecto, especialmente, CHALHOUB, Sidney, 1996, PONTE, Sebastião Rogério, 1999, SEVCENKO, Nicolau (org.), 1998 e ainda ESTEVES, Martha Abreu, 1999.

²³ Como o interesse pelas práticas de curandeirismo não é o aspecto central do item, e sim uma porta de entrada no universo dos agricultores e populares, me voltarei na seqüência para outras práticas comuns no mundo dos agricultores.

²⁴ Cf. Ação Criminal nº 279, 1945, Antônio Cavalcanti de Albuquerque, maço de 15/01 a 28/04/1945.

Duas questões chamam a atenção no episódio. Primeiro, a importância da água para pessoas que dela dependiam diretamente para os afazeres e consumo domésticos. Era um líquido precioso para muitas famílias e por sua causa a área próxima ao açude de Bodocongó era um lugar de constantes tensões, o que coloca-nos diante da segunda questão. Em todo o episódio, as testemunhas atribuem a autoria intelectual do crime a Ottoni Barreto, grande comerciante e proprietário local. O assassinato havia sido cometido pelo seu capataz/morador²⁵ Antônio Cavalcanti de Albuquerque, mas era voz corrente entre as pessoas do lugar que suas ameaças de “espingardear” quem ali pegasse água sem pagar, suas bravatas de valentão, as ordens para atirar e até matar vinham de Ottoni Barreto, que o apoiava, inclusive armando-o.

No conflito que acabou na morte de José Joaquim Ferreira, travou-se uma luta surda sobre a quem pertencia a área da cacimba que Ottoni Barreto mandara cercar, impedindo que moradores da região ali se abastecessem. Ottoni Barreto, proprietário acusado de estimular e apoiar as ameaças de Antônio Cavalcanti, afirma que

... a água a que se referem as testemunhas, efetivamente estão cercadas, visto como pertencem ao interrogado, mas, por medida de humanidade, fez uma porteira em frente, ou no oitão da casa onde morou “Seu Tino”, para que todas as pessoas, sem distinção de cor ou sexo, [possam] entrar para se abastecer das águas pertencentes ao interrogado; que o dr. Vergniaud, quando assumiu o cargo de prefeito municipal, fez um bebedouro público...ficando assim, a população daquela redondeza totalmente bem servida daquele líquido, não havendo portanto necessidade de invadirem a propriedade do interrogado, furando ou cortando arame do seu cercado como vem sempre acontecendo...²⁶ (grifos meus)

As palavras do filantropo membro da elite local explicitam práticas e tensões diversas. Elas partem de uma perspectiva paternalista ladeada por um discurso moderno (“sem distinção de cor ou sexo”) e confirmam os conflitos que suas atitudes estavam gerando. Informam também sobre a ação do poder público, que tentara interferir nas formas que os moradores da área usavam o açude²⁷. Um e outro, prefeito e comerciante, vão ter a oposição velada dos moradores da vizinhança, que usavam a água e o lugar de maneiras prosaica e peculiar ao mesmo tempo²⁸.

Neste episódio vê-se o envolvimento de trabalhadores diversos. Predominam os agricultores, mas também se ouve a voz de um pequeno comerciante e do operário de um curtume ali existente. Suas atitudes no episódio são indicadoras da existência de tensões naquela área da cidade. Elas são também um contraponto e um enfrentamento com uma das formas de poder que as elites locais tinham, que era o monopólio da terra e, como consequência, o controle da água. Ottoni Barreto, ao ser interrogado no inquérito, se diz proprietário da área cercada por arame, mas todas as testemunhas negam essa condição e agem como se o espaço e a água fossem públicos, o que lhes daria acesso sem a necessidade de pagamento ou autorização. Nesta querela, Ottoni Barreto parece ter o apoio do poder público municipal, que, reconhecendo sua condição de proprietário construiu um bebedouro em outro lugar para atender o público. Agindo assim, a prefeitura apenas reforçava a condição de proprietário privado de Ottoni Barreto, dificultando a vida dos que moravam nos arredores do açude, agora sem a liberdade de pegar água no lugar mais conveniente e mais próximo de suas casas.

É um típico episódio que tem a razão monetária e econômica como propulsora e a racionalização dos espaços como consequência, mas ladeado por práticas paternalis-

²⁵ “Morador” era a pessoa que com sua família vivia em uma terra pertencente a outrem. Para por o seu rogado os moradores tinham que pagar um fôro, se morador-foreiro, ou trabalhar alguns dias da semana para o proprietário de terra, se morador de condição. Essa relação, predominante no campo nordestino até os anos 1970, foi paulatinamente entrando em declínio, especialmente com as lutas de trabalhadores rurais e camponeses pela terra e por direitos, nas quais as Ligas Camponesas tiveram um papel central. Ver minha dissertação de mestrado intitulada *Falas de Liberdade: O Discurso Camponês de Liberdade*. Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, UFPB, 1992, RANGEL, Maria do Socorro, agosto/2000, especialmente o capítulo “Território de confrontos”, p. 213-334 e SIGAUD, Lygia, 1979.

²⁶ Idem, Ação Criminal nº 279.

²⁷ O açude de Bodocongó foi construído pelo governo federal e inaugurado no ano de 1916 para ajudar no abastecimento da população da cidade, em vista de seus dois outros reservatórios não mais atenderem a demanda de uma cidade em crescimento. Em seu entorno, principalmente a partir dos anos 1920, foram instaladas uma indústria têxtil e diversos curtumes. A água que fora represada para atender a população começava a garantir o funcionamento da incipiente indústria local.

²⁸ Uma dessas formas, o uso do açude como balneário e local de banhos considerados ilícitos e imorais, é comentada no capítulo 1 da minha tese.

tas, que terminam desconsiderando em grande parte a situação das populações do lugar e os seus hábitos e costumes de usarem certos espaços de forma comum. No episódio de 1945 vê-se duas facetas dessas tensões. Uma, entre populares, quando o capataz da propriedade, um empregado e morador, tenta impedir Vanilde de pegar água, o que acaba no conflito e na morte de seu pai; a outra, ocasionada diretamente pela anterior, quando alguns moradores do lugar aproveitam para mostrar a sua insatisfação com a privatização e o monopólio de certos espaços por membros da elite local e com a própria intervenção do poder público.

Mas trata-se de um conflito de dimensão política mais abrangente. O monopólio da terra e o seu corolário, o controle da água, criava relações de favor e dependência, como deixa claro o próprio Ottoni Barreto, que utiliza uma moderna prática “humanitária” para designar sua atitude, de permitir que usassem, controladamente, sua cacimba. Na verdade, lançava mão de um discurso moderno para alimentar uma prática comum nas relações de poder local, que deixava os moradores do lugar à mercê de sua vontade. A permissão sem pagamento do uso da água de sua cacimba estreitava os laços de favor que deveriam ser retribuídos em época de eleições, na compra de produtos de sua casa comercial, na contratação de mão-de-obra a baixo custo, quando precisasse do trabalho de moradores, e até na sua preferência na compra da terra, quando algum pequeno proprietário decidisse deixar o local²⁹.

O que chama a atenção nessas práticas e atitudes é que elas se davam mesmo após a cidade ter sido saneada e contar com um moderno abastecimento de água, inaugurado com a barragem de Vaca Brava, em 1939. Essa obra, que marcou a gestão do governador e interventor do estado Argemiro de Figueiredo (1935-1940), foi propagande-

ada, quando de sua realização, como a redenção para a cidade³⁰. Talvez, na ânsia de comemorar a vitória sobre um problema que entravava o seu progresso, nossos letrados tenham se lembrado do que a água traria para a ampliação dos negócios e da civilização, com o conforto e as novas práticas de higiene, mas esqueceram de democratizá-la e estender o seu benefício para outros moradores do lugar, que continuaram tendo acesso restrito à água e necessitando dos favores de alguns potentados ou dos charizes públicos³¹.

Os moradores de Bodocongó, nesse episódio, colocaram o projeto modernizador diante de dois dilemas: primeiro puseram em cheque a forma canhestra como as elites empreendiam a modernização, e buscaram, com suas atitudes, autonomia e independência diante das injunções políticas e clientelistas dos potentados locais³²; segundo, se mostraram refratários à essência do projeto modernizador ora em curso, pois este, no dia a dia, desencadeava forças que no mais das vezes aprofundavam as hierarquias sociais e a segregação espacial, marginalizando-os ainda mais.

A privatização da água em Bodocongó, no entanto, causava tensões entre os moradores do lugar desde muito tempo. Um episódio de 1933, doze anos antes do anterior, fornece pistas de outros conflitos que ela causara. Antônio Gomes da Silva, agricultor, fora comprar água no “açude de José Padre”, em Bodocongó, na manhã do dia 22 de dezembro. No momento em que enchia seus caçóás, se aproximaram do local dois rapazes que pegaram água sem pagar. Antônio Gomes, que pagou pela água, chamou a atenção dos rapazes que, retirando-se, comunicaram o caso ao pai, o que causou um desentendimento entre eles³³.

O episódio ajuda a compreender facetas daquelas vidas. Além das questões que motivavam conflitos entre os

²⁹ Sobre paternalismo ver CHALHOUB, Sidney, 1986:76-88 e 2003:17-57 e THOMPSON, Eduard P., 1999:25-85.

³⁰ O jornal *Voz da Borborema*, durante todo o seu período de circulação, 1937-1940, propagandeou e acompanhou a implantação do sistema de saneamento e abastecimento de água de Campina Grande. Era raro um número não trazer algo a respeito.

³¹ A visão da água como símbolo do progresso e da civilização aparece na coluna de Cristino Pimentel, “Cousas da cidade”, em *O Rebate* (sem referências). Sobre o acesso restrito a água por parte da população pobre da cidade de Parahyba (atual João Pessoa), ver LEWIN, Linda, 1993:20 e JÓFFILY, José, 1979:135-136; para Campina Grande, ver DO BÚ, Gilvanete Rocha, *História (oculta) do abastecimento d'água em Campina Grande*. Graduação em História, Campina Grande, UFPB, 1985.

³² Aqui estou fazendo um contraponto ao discurso que tomou as páginas dos jornais locais após o movimento de 1930, mas que pouco tempo depois demonstrava a frustração por causa da continuidade das práticas e perseguições políticas comuns na República Velha, ver GURJÃO, Eliete Queiroz, 1994 e LEWIN, Linda, 1993.

³³ Cf. Ação Criminal nº 59, 1934, José Rufino da Silva, maço de 31/04 a 20/11/1934.

moradores do lugar, que demonstravam uma grande dependência em relação à água, fica explícito que o seu acesso já era restrito no início dos anos 1930, mas também que muitos moradores pareciam não respeitar os códigos de comercialização do produto, burlando-os, tal qual se viu no episódio que desembocou na morte de José Joaquim Ferreira, doze anos depois.

4. CAMINHOS DE FEIRAS E DE “ARTES”

Nos relatos e episódios comentados anteriormente, nos quais se discutiu o papel dos curandeiros e da água na cartografia política e social da cidade, e a maneira como ambos estavam diretamente associados à vida e à experiência dos agricultores, encontramos um nexos com outro fenômeno que mobilizava e atraía agricultores de todas as áreas próximas a Campina Grande e de regiões diversas do estado e de estados vizinhos: as feiras de quartas e sábados. Os dias de feira eram os que mais movimentavam as casas dos curandeiros e, ao mesmo tempo, eram os dias preferidos para os agricultores comercializarem o que produziam nas roças, quintais e em terrenos próximos aos reservatórios de água.

As idas à feira, nas quartas e sábados, eram marcadas pelo envolvimento em muito mais coisas do que propriamente a venda de produtos, ou as compras semanais e mensais, para alimentar a família. Nessas viagens e deslocamentos, aproveitava-se para levar os parentes doentes aos médicos e curandeiros, encontrar amigos e beber aguardente, visitar casas de jogos, cabarés e passar parte do dia e mesmo da noite em mercearias, práticas comuns na vida dos que moravam nos arredores da cidade, nos distritos, sítios, nas áreas circunvizinhas e na zona rural de municípios próximos a Campina Grande.

No período de 1920 a 1945, estes lugares não eram exatamente os mesmos. Os caminhos da feira, das mercearias e prostíbulos modificaram-se muito. Nas décadas de 20 e 30, a feira de Campina Grande estendia-se por entre as ruas e becos centrais. A rua Grande, ou Maciel Pinheiro, onde se situava o mercado, polarizava os toldos e barracas armadas. Pelos becos e ruas adjacentes espalhavam-

se feiras diversas, como as de frutas, fumo, tecidos, carne etc. Cada rua, beco ou casa comercial de destaque era associado ao tipo de produto que ali predominasse. Era a feira de fumo, no Beco da Paulista, a feira de frutas, no Beco 31, e assim por diante.

Entre 1920 e o final dos anos 30, a feira havia crescido muito e as reclamações dos incômodos que estava causando começaram a aparecer na imprensa³⁴. Ruas centrais sujas, bêbados incômodos, algazaras, brigas, roubos, muita gente disputando com carros e caminhões espaços cada vez menores e estreitos e o odor daqueles movimentos começando a se fazer sentir nas narinas das elites e dos administradores municipais. Uma promiscuidade! Vociferavam os letrados. Surgiu a idéia da construção de um mercado novo (muito em voga nas cidades brasileiras da época) e o prefeito Bento de Figueredo decidiu dotar Campina Grande de um que estivesse à sua altura, iniciado em 1938. Antes mesmo de estar concluído, a feira foi transferida para suas imediações, em 1941, quando o prefeito da cidade já era Vergniaud Wanderley³⁵.

Eram inúmeros os episódios que aproximavam a feira a outros lugares da cidade, como aos prostíbulos, casas de jogos etc., e que mostram os trajetos que agricultores e feirantes faziam uma ou diversas vezes por semana. José Adelino se deslocara na madrugada de sua casa, à rua Estácio de Sá, no bairro de José Pinheiro, para vender frutas na feira; aí encontrou-se com José Negrão, que, saindo da zona do meretrício, provocou o pacato feirante³⁶; doze anos antes, o agricultor Francisco Firmino levava com um filho menor uma carga de carvão para vender durante a feira do sábado³⁷. Na volta para o sítio onde morava, Francisco Firmino pediu ao filho para ir embora na frente e foi beber aguardente em uma mercearia localizada na rua do Açude Velho. Embriagado, discutiu com o também agricultor Henrique Gonçalves de Oliveira, casado e morador no lugar Pau Ferro, município de Campina Grande. Henrique costumava ir à feira aos sábados e ficava pela cidade até o domingo, bebendo em botecos, passeando no meretrício, dormindo e fazendo refeições em casas de duas mulheres à rua do Açude Velho.

Além da venda dos produtos de seu roçado e das diversões de que participavam, alguns agricultores costumava-

³⁴ Ver Cristino Pimentel, “Cousas da Cidade” em *Voz da Borborema*, nº 40, 27/11/1937, p. 04 e nº 42, 04/12/1937, p. 04 e Carlos Alencar Agra “Mercado Público” em *Voz da Borborema*, nº 35, 12/06/1940, p. 01.

³⁵ Cf. Capítulo 4 da minha tese, item “Negócios promíscuos: a feira”, p 257-273.

³⁶ Cf. Ação Criminal nº 243, 1944, José Silvestre da Silva, maço de 13/01 a 23/03/1944.

³⁷ Cf. Ação Criminal nº 14, 1932, Henrique Gonçalves de Oliveira, maço de 02/02 a 14/12/1932.

vam passar parte do seu tempo em casas de jogos nos dias de feira. Numa casa de jogos encontramos o agricultor Abdias Alves de Oliveira com um amigo, conversando e apreciando um tocador de harmônico. Era dia de feira e, no local, que ficava por trás do mercado público, encontravam-se diversos agricultores jogando e apreciando um tocador de harmônico³⁸. As casas de jogos campeavam pela feira e eram constantemente denunciadas pelos letrados locais, especialmente pelos párocos e letrados católicos, que bradavam contra a jogatina que por ali andava solta e que, segundo eles, servia para espertalhões meterem a mão no bolso dos incautos agricultores e usurparem os seus recursos³⁹.

Em um caso de 1940, um agricultor e feirante ia passando na feira de fumo quando foi atingido por um sabugo de milho. Irritado com o que considerou uma tentativa de mofa de um chapeado, armou-se de uma faca e o feriu⁴⁰. Antônio Matias Vitorino da Silva assim narra sua versão do episódio:

... hoje mais ou menos às 17 horas estava ele acusado na feira de fumo, que funciona no beco da Paulista, quando ali um popular curiosamente o fitara, e logo lhe jogara um sabugo de milho nas costas; que ele acusado não se dando bem com aquele gesto ou ato absurdo reclamara em bons termos o procedimento e astúcia do citado popular; que o popular erguendo-se na ponta dos pés, dissera “joguei o sabugo nas costas e se zangar jogarei outro para furar o olho”; que dito popular o maltratou muito com palavras injuriosas, muito ridicularizando a pessoa dele interrogado...⁴¹

Pelos depoimentos, fica difícil saber se Antônio Matias estava falando a verdade, ou não, sobre a tentativa de mofa do chapeado, que teria motivado a sua reação. No entanto, sua versão é perfeitamente verossímil, especialmente pelas costumeiras brincadeiras entre carregadores e chapeados, que muitas vezes desembocavam em conflitos entre os próprios companheiros de trabalho⁴². Outra pista

aparece quando o comerciante Antônio Flor da Silva refere-se a Antônio Matias como um “matuto feirante”. Ainda nos nossos dias é uma expressão depreciativa, que muitos utilizam quando querem desqualificar agricultores e moradores do campo.

5. EPÍLOGO

Podemos concluir a discussão em torno das tensões e conflitos que marcavam as cartografias dos agricultores e curandeiros na cidade com a rápida discussão de uma peça de teatro escrita nos anos 1970. Não são necessários prolegômenos para convencer o leitor de que a inserção de tal material neste trabalho não deixa de ser problemática, especialmente por ter sido escrito em período bem posterior ao investigado e também por colocar questões relacionadas ao contexto em que foi elaborado. De qualquer forma, o uso que dele farei é no sentido de problematização.

A teatróloga Lourdes Ramalho, na peça “A Feira”, recriou um quadro aparentemente comum, quando as relações entre populações do campo e da cidade são descritas pelos cidadãos⁴³. Nela vemos uma mãe, a filha e o filho, vindos da zona rural à procura do marido desaparecido e das compras dos apetrechos para o casamento da filha, sofrerem humilhações e vexames, pelas dificuldades que tinham em dominar os códigos urbanos quando na feira de Campina Grande. A narrativa é constituída por quadros que debulham as humilhações, achaques e galhofas de que são vítimas as três personagens. Estas, ao final do texto, terminam separadas, em situações bastante adversas. Bastião, o filho “leso”, vira guia de cego; Filó, a mãe doente e protetora, é vista estertorando no meio da rua do cabaré, confundida pelos transeuntes com uma velha bêbada; Zabé, a filha, se deixa enlear pela conversa de um malandro, que se aproveitara da ingenuidade da família

³⁸ Cf. Ação Criminal nº 140, 1939, José Bernardino Rodrigues, maço de 04/01 a 27/12/1939.

³⁹ As denúncias da jogatina na cidade e na feira eram constantes. Da documentação pesquisada, as denúncias mais antigas foram encontradas no jornal *O Campina Grande* nos números publicados entre março e junho de 1909. Ver jornal *O Século*, nº 18, 10/11/1928, artigo intitulado “Jogo do bicho” sobre a possibilidade de sua proibição e “Cousas da cidade”, de Cristiano Pimentel em *O Rebate* (s/referências) e *A Imprensa e A União* (décadas de 1920, 30 e 40) e os jornais que circularam em Campina Grande, como *Correio de Campina*, *O Século*, *A Batalha*, *Brasil Novo*, *O Rebate* e *Voz da Borborema*.

⁴⁰ Cf. Ação Criminal nº 159, 1940, Antônio Matias Vitorino da Silva, maço de 19/01 a 12/12/1940.

⁴¹ Idem Ação Criminal nº 159.

⁴² Ver SOUSA, Fabio Gutemberg R.B. de., 2001:108-119.

⁴³ Cf. RAMALHO, Maria de Lourdes N. S/referências; ver também WILLIAMS, Raymond, 1989.

para tirar os poucos recursos que haviam trazido para comprar os “aprontamentos” para o seu casório; ela terminando sendo levada para os prostíbulos das imediações da feira, onde, após ameaças e agressões, fazia parte do plantel de prostitutas arregimentado pelo malandro entre matutas ingênuas.

Guardadas as devidas proporções, essa leitura, que trata das formas como os moradores do campo se transformam em presas fáceis dos cidadãos, mesmo sendo verossímil e tendo um caráter claro de denúncia contra certas arbitrariedades, cometidas principalmente por fiscais da feira, parece cair na vala comum dos preconceitos e estigmas que se nutrem contra agricultores e populares em geral. Acompanhando a vida de homens e mulheres do meio rural, observa-se algo diferente, muito embora suas andanças pela cidade sejam marcadas por percepções singulares dos seus códigos. Fazer, no entanto, um uso singular dos códigos de uma cidade em mudança não era algo específico dos habitantes do campo, ou dos que moravam na periferia da cidade e viviam da agricultura. Se tomarmos o contexto mais geral em que esse processo se deu nas cidades brasileiras, vamos perceber que, nas primeiras décadas do século XX, houve um aporte significativo de novos habitantes, formas novas de pensar, novas tecnologias, tipos de diversão e lazer, que davam às nossas cidades (algumas ainda com fortes traços rurais) ares que, na boca ufanista de seus letrados, apareciam como sinais de cosmopolitismo⁴⁴.

Em algum momento, essas mudanças foram tematizadas nos barracos, casas e ruas, sendo questionadas, defendidas, problematizadas. Ou seja, os moradores das cidades também tiveram que fazer seus malabarismos para entenderem e aproveitarem os novos repertórios, manuseando-os em defesa de suas próprias vidas, tal qual os agricultores. Muitos foram pegos de surpresa e feneceram; outros tantos se aproveitaram de tudo para ascender soci-

almente; ainda uns se apropriaram de tudo isso de forma particular, fazendo usos próprios dos mecanismos e códigos modernos que ali paulatinamente apareciam. Esses códigos nem sempre chegavam de trem, pela tela de cinema ou pelas ondas do rádio⁴⁵. Muitas vezes se faziam notar nos passos, vestuários e atitudes dos adventícios.

Os homens e mulheres que viviam da terra também eram detentores de uma vida e um andar bastante singulares. Isto deve ter se tornado mais explícito com o advento de algumas formas modernas de comportamento, como o vestuário masculino e feminino (livre do caráter soturno e das cores escuras, que haviam marcado a elite aristocrática e proprietária no século XIX)⁴⁶, que, em Campina Grande era mostrado cotidianamente nos *footings* na rua Grande e na praça Epitácio Pessoa, tempos depois nas praças da Bandeira e Clementino Procópio, nas imediações dos cinemas Capitólio e Babilônia, e ainda nas festas juninas, de Ano Bom e nos clubes dançantes, como o 31, Éden, Paulistano, Ypiranga e Campinense Club. O andar dos moradores da cidade vai assumindo ares e caçoetes diferentes nestes cantos de sociabilidade⁴⁷.

O andar do homem e da mulher que passam a maior parte do tempo lidando com a roça, manuseando enxadas, foices e ancinhos e lidando com animais, vai ser bem diferente do andar garboso de um jovem cidadão, que passou a maior parte de sua vida amaciando com suas melhores roupas e sapatos as ruas e os bancos de uma escola. A vida do agricultor era marcada por coisas mais prosaicas. Dependiam muito de água para suas plantações, mas aquele produto, em certos momentos, era de difícil acesso; criavam estratégias próprias para superar as adversidades, entre elas fazer serviços outros que não agrícolas, o que era uma saída para ampliar os meios de sobrevivência. Em certos momentos, agricultores e seus filhos se transformavam em operários da incipiente indústria, de pedreiras, jornaleiros, eram empregados nas construções

⁴⁴ Cf. LANNA, Ana L.D., 1996:119, SANTOS, Mário Augusto da Silva. “Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana” In *Cidade & História*, (orgs.) FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992:257-262.

⁴⁵ CÂMARA, Epaminondas, 1947:174, informa que em 1937 “a cidade tinha 7.069 casas e 235 aparelhos de rádio receptor”.

⁴⁶ Sobre o caráter soturno e “pesado” do vestuário das elites recifenses no final do XIX, ver ARRAIS, Raimundo P. A, 1995:12-60, especialmente o capítulo 1: “O Recife Novo”, e sobre Fortaleza, PONTE, Sebastião Rogério, 1999:153. Para algumas capitais brasileiras, ver SCHAPOCHNIK, Nelson, “Cartões postais, álbuns de famílias e ícones da intimidade” In SEVCENKO, Nicolau (org.), 1998:423-512.

⁴⁷ Três autores fazem associação entre lugares de sociabilidade e reeducação das elites em estudos sobre as cidades de Fortaleza, São Paulo e Recife: PONTE, Sebastião Rogério, 1999, SEVCENKO, Nicolau, 1992 e REZENDE, Antônio Paulo, 1992.

de estradas etc. e iam construindo a sua própria forma de aparecer na cidade. Talvez a sua atividade principal, lidar com a terra, o deixasse com um andar próprio e uma forma específica de se vestir, o que tornava fácil a sua identificação⁴⁸. É um pouco isto que mostra o drama teatral “A Feira”, onde os olhares citadinos facilmente identificam os trejeitos dos homens e mulheres do campo, tentando dele tirar vantagem. Um chapeado, tipo glosador, pressionado pelas imagens e estigmas construídos em torno do agricultor, tentou tirar proveito disto e fazer casquinadas com o “matuto feirante” Antônio Matias Vitorino da Silva. Acabou esfaqueado.

Talvez as relações com as pessoas da cidade não fossem exatamente como a autora da peça imaginava e a população rural não fosse totalmente “indefesa” diante dos citadinos. Estes tinham suas próprias fragilidades, algumas parecidas com as das mulheres e dos homens do campo. Eram mundos complexos, que cotidianamente se cruzavam. Agricultores, choferes, prostitutas, artesãos, operários, carregadores, vez por outra, eram encontrados numa mesma rua do subúrbio da cidade de Campina Grande. Na década de 1920, poder-se-ia encontrá-los morando nas franjas ou nas ruas centrais. Nas duas décadas seguintes, foram mantidos ou transformados, na sua maioria, em homens e mulheres da periferia, inclusive da periferia do poder. Talvez um ou outro tenha feito o caminho inverso.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: imprensa e vida. Jornalismo impresso — 1826-1986*. 2ª ed. Revista e atualizada. Campina Grande: Grafset, 1986.

ARRAIS, Raimundo A. *Recife: culturas, confrontos, identidades (a participação das camadas urbanas nas campanhas salvacionistas de 1911)*. Mestrado em História, Recife, UFPE, 1995.

BRESCIANI, Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ (org.) *Imagens da cidade. Séculos XIX e XX*. Anpuh/São Paulo: Marco Zero/Fapesp, 1993.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947.

CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: Editora A União, 1945.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DIAS, Maria Odila L.S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. Revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DINIZ, Arisovaldo da S. *Cólera. Representações de uma angústia coletiva (A doença no imaginário social do século XIX no Brasil)*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 1997.

ESTEVES, Martha Abreu. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

FERNANDES, Ana e Gomes, Marco Aurélio A de F. (orgs.). *Cidade & História*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

⁴⁸ GUEDES, João Batista, 1996, trabalha com a hipótese de que o que diferencia os moradores da cidade dos do campo não é a roupa que usam, mas os modos de usar e as formas de andar. Ele investiga os momentos em que agricultores utilizam roupas para o que denomina de “cerimonial de passeio”.

- GUEDES, João Batista em *Despindo o Jeca: modos e modos de vestir o campo*. Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, UFPB, 1996.
- GURJÃO, Eliete Queiroz. *Morte e vida das oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- JÓFFILY, José. *Revolta e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LANNA, Ana L.D. *Uma cidade na transição: Santos — 1870-1913*. São Paulo-Santos: Hucitec/Prefeitura de Santos, 1996.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres na cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da história de Campina Grande*. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.
- _____. *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Ed. Ltda, 1999.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil — 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMALHO, Maria de Lourdes N. *Teatro Nordestino. Cinco textos para montar ou simplesmente ler: A Feira, As Velhas, Festa do Rosário, O Psicanalista, Fogo-Fátuo*. S/referências.
- RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte e esperança de vida. Uma história das Ligas Camponesas*. Mestrado em História, Campinas, Unicamp, agosto/2000.
- REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: história da cidade do Recife na década de vinte*. Doutorado em História, São Paulo, USP, 1992.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- SAMPAIO, Gabriela Reis. *A história do feiticheiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SOUSA, Fabio G. R. B. de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande — 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Eduard P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.